doi: 10.20396/rfe.v11i2.8655345

O RETROCESSO NO COMBATE DA LGBTFOBIA NO BRASIL: O PRECONCEITO VIVENCIADO PELA POPULAÇÃO LGBT NO AMBIENTE ESCOLAR

Taynan Matheus Sousa Gonzaga

Ana Kelma Cunha Gallas

RESUMO:

A escola é um dos primeiros espaços onde essa população sofre preconceito e isso continua sendo reforçado pelos profissionais desse ambiente e pela falta de preparo dos mesmos para lidarem com a temática que nos dias de hoje se faz tão necessária e presente. (LOURO, 2003). Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, adotando-se como metodologia a revisão da literatura. Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa, aderindo como metodologia uma revisão bibliográfica, onde procuramos discutir o processo de preconceito e exclusão desses alunos e qual o motivo que se dá a evasão dos mesmos da escola. O presente artigo concluiu que ainda há muito a ser superado pelo sistema educacional para que as políticas públicas de gênero e sexualidade sejam efetivadas.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT, Diversidade Sexual, LGBTfobia. Escola.

INTRODUÇÃO

No Brasil, considerando as últimas décadas do Século XX até os primeiros anos deste Século XXI, assiste-se a emergência de um novo protagonismo proveniente, sobretudo, das lutas sociais em torno dos direitos

das chamadas minorias. Afrodescendentes, indígenas, mulheres, quilombolas, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis são apenas algumas dessas novas identidades sociais, políticas, sexuais e de gênero que vêm atravessando o campo social, desencadeando profundas transformações culturais, especialmente decorrentes dos processos de visibilidade e de reconhecimento de suas especificidades. Especialmente a partir dos anos 1980, se verificou, de forma mais intensa, discussões em torno de questões de identidade e diversidade cultural, no âmbito da formação de um "novo movimento social", ainda fortemente balizado por questões de classe.

Em um cenário social refratário a manifestações da sexualidade que escapam à norma heterossexual (NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2007; NATIVIDADE, OLIVEIRA & LOPES, 2008), os LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) se constituíram, rapidamente, em uma das populações que mais sofrem violações em seus direitos humanos no Brasil. Muitas dessas violações aos direitos atendem pela rubrica LGBTfobia, que pode ser considerada no sentido de qualquer manifestação hostil, física, psicológica, social ou institucional praticada contra pessoas que apresentem divergência com a norma heterossexual. Teixeira Filho e outros (2007, p. 303) conceituam homofobia como "qualquer sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa homossexual (ou àquelas que se presume serem) ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si próprio". Para Gouveia e Camino (2009), a rejeição aos LGBTs não está ligada apenas a uma ameaça objetiva que esse modo de vida representa para os grupos mais conservadores, diante do questionamento subjetivo dos valores que sustentam e afirmam a identidade social do sujeito, tais como virilidade e heterossexismo. (GOUVEIA, 2007; DOISE, 1991; IBÁÑEZ, 1991). Mello (2012), ao discutir a importância da escola como espaço de aprendizado e prática da cidadania, sobretudo, no respeito e tolerância às diferenças, aponta a influência da escola na construção das subjetividades.

Devido a essa importância, a escola deve estar preparada para acolher e orientar os alunos, onde seus desejos e práticas sexuais devem ser igualmente respeitados. Entretanto, em 2007, o Comitê Nacional de Educação e Direitos

Humanos apresentou no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos sua concepção sobre os objetivos do Ensino Fundamental, dentre eles: 1) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos; 2) a Educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, à equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (BRASIL, 2007).

O ESPAÇO EDUCATIVO E A LGBTFOBIA

A pesquisa "Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?" (2013), indica que 19,3% dos alunos de escola pública não gostariam de ter um colega de classe travesti, homossexual, transexual ou transgênero. Em 2016, a Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, realizada no Brasil pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), rede que reúne 308 organizações pelo país, revelou que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos identificados como LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram agredidos verbalmente na escola em 2015 por causa da sua orientação sexual. Tais dados demonstram que é necessária uma discussão sobre os desafios para assegurar o acesso à Educação os indivíduos LGBTs no Brasil.

O espaço educativo e suas pedagogias são considerados como "um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento" (SOUZA, 1995). Assim, a Educação e suas pedagogias devem ser entendidas a partir de sua articulação com outros aspectos da vida social, bem como, suas relações com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas nas tramas do poder. Para Mello et al. (2012), a escola costuma ser um dos

primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas.

Os preconceitos, discriminações, intolerâncias e ódios que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, segundo os autores, decorrem do questionamento das ordens sexuais e de gênero por estes indivíduos, mas as violências sofridas por essas identidades, não podem ser equiparadas, a priori. Assim, a intolerância sofrida por gays, "não é da mesma ordem que a intolerância que atingem lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista)" (MELLO et al., 2012, p. 100-101). Da mesma forma que as violências que atingem travestis e transexuais, "cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero" (idem).

Assim, entendendo a sexualidade e o gênero como construções que se dão no campo social, refletindo posições de poder estabelecidas histórica e culturalmente, é possível vincular a Escola (aqui entendida como um espaço indispensável para a construção de subjetividades em uma sociedade) ao processo de visibilidade das identidades que divergem do modelo heteronormativo, predominante, assegurando que práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis igualmente respeitados (MELLO et al., 2012, p. 101-102).

Desde o final dos anos de 1990, observa-se que "o avanço das políticas de direitos humanos em atendimento às demandas dos movimentos feministas e gays" tem correspondido a um crescimento da presença de religiosos na política partidária e no poder legislativo (MACHADO, 2012), repercutindo no entendimento da laicidade no Estado, visando, sobretudo, interromper, suprimir ou atrasar importantes demandas dos movimentos sociais como o feminista e o das comunidades gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no campo dos direitos. É o que explica, sobretudo, a retirada das metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto nos Planos Estaduais e Municipais, pelos próximos dez anos, ocorrida ao longo de 2015. Evidencia-se, desta forma que, ao censurar dentro das escolas a discussão sobre as categorias

"gênero" ou "orientação sexual", adia o reconhecimento das identidades que divergem da heteronormatividade, reforçando o isolamento e a retirada de direitos de grupos historicamente excluídos, sobretudo, seu acesso à Educação.

No campo de estudos nos quais este projeto de pesquisa se posiciona, o espaço educativo e suas pedagogias são considerados como "um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento" (SOUZA, 1995). Assim, a Educação e suas pedagogias devem ser entendidas a partir de sua articulação com outros aspectos da vida social, bem como, suas relações com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas nas tramas do poder. Para Mello *et al.* (2012), a escola costuma ser um dos primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas.

> Frequentemente, isso é reforçado pela LGBTfobia das/os profissionais de ensino e/ou por sua falta de preparo para tomar os direitos sexuais como tema motivador de processos educativos comprometidos com a equidade sexual e a justiça erótica. Recentemente, políticas públicas começaram a ser implementadas para superar esse quadro, na forma de ações como a oferta de cursos para professoras/es, a confecção de material didático, a inclusão desse tema em conferências nacionais de educação e semelhantes, entre outras iniciativas. Neste artigo, procuramos refletir sobre os limites e as possibilidades dessas iniciativas a partir da análise de documentos governamentais e de entrevistas com gestoras/es e representantes da sociedade civil (MELLO *et al.*, 2012, p. 100).

Os preconceitos, discriminações, intolerâncias e ódios que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, segundo os autores, decorrem do questionamento das ordens sexuais e de gênero por estes indivíduos, mas as violências sofridas por essas identidades, não podem ser equiparadas, a priori. Assim, a intolerância sofrida por gays, "não é da mesma ordem que

aintolerância que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além dehomofóbica, é machista e sexista)" (MELLO *et al.*, 2012, p. 100-101). Da mesma forma que as violências que atingem travestis e transexuais, "cujas existências ferem de morte os binarismosmacho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais doterrorismo de gênero" (idem).

Assim, entendendo a sexualidade e o gênero como construções que se dão no campo social, refletindo posições de poder estabelecidas histórica e culturalmente, é possível vincular a Escola (aqui entendida como um espaço indispensável para a construção de subjetividades em uma sociedade) ao processo de visibilidade das identidades que divergem do modelo heteronormativo, predominante, assegurando que práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis eigualmente respeitados (MELLO *et al.*, 2012, p. 101-102). Tais políticas, de apoio à diversidade, esbarram, entretanto, nos próprios movimentos de resistência constituídos na sociedade de perfil patriarcal e machista. Um dos projetos adotados pelo Governo Federal, ainda em 2004 (Brasil sem Homofobia), dentro das possibilidades da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), gestou o Projeto Escola sem Homofobia, que distribuiria, para escolas de ensino médio da rede pública, um material educativo conhecido como "kits educativos anti-homofobia". Mas, em 2011, diante da pressão popular e da articulação política da bancada evangélica no Senado, o projeto foi vetado.

Pode-se argumentar que os conflitos materiais, embora importantes fundamentos dos conflitos identitários e simbólicos, não são suficientes para justificar a homofobia. A não adesão a certos valores sociais pode colocar a categoria homossexual em uma posição social dissidente perante o que se entende como masculinidade. Em muitos casos, a homofobia pode ser interpretada como uma afirmação de virilidade que se manifesta através da rejeição aos modos de ser vistos como impróprios para o gênero masculino, justificando a visão do homoerotismo como um ato de subversão diante do que se entende como "ordem natural das coisas".

Assim, desde o final dos anos de 1990, observa-se que "o avanço das políticas de direitos humanos em atendimento às demandas dos movimentos

feministas e gays" tem correspondido a um crescimento da presença de religiosos na política partidária e no poder legislativo (MACHADO, 2012), repercutindo no entendimento da laicidade no Estado, visando, sobretudo, interromper, suprimir ou atrasar importantes demandas dos movimentos sociais como o feminista e o das comunidades gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no campo dos direitos. É o que explica, sobretudo, a retirada das metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto nos Planos Estaduais e Municipais, pelos próximos dez anos, ocorrida ao longo de 2015. Assim, evidencia-se que, ao censurar dentro das escolas a discussão sobre as categorias "gênero" ou "orientação sexual", adia o reconhecimento das identidades que divergem da heteronormatividade, reforçando o isolamento e a retirada de direitos de grupos historicamente excluídos, sobretudo, seu acesso à Educação.

CONCLUSÃO

Apesar da indicação da Carta Magna, que afirma que a educação é um direito de todos e que o acesso ao ambiente escolar deve ser garantido pelo Estado, os cidadãos LGBTs não são tratados de forma igualitária, tendo políticas voltadas para a equidade e o combate à intolerância, retiradas progressivamente. A evitação ou interdição da discussão de temas relacionados às identidades sexuais e de gênero contribuem para a intensificação de uma cultura de violência, uma vez, esta violência contra indivíduos que divergem do padrão heterossexual, reproduz uma visão essencialistas, que entende papéis distintos para homens e mulheres, tido como entidades naturalmente dadas e, portanto, fixas.

No âmbito do cenário político, as decisões sobre a ampliação ou retiradas de direitos dos LGBTs têm sido acompanhadas de um intenso debate permeado ao discurso religioso. A mobilização religiosa, associada a setores mais conservadores da sociedade, interditou a discussão sobre sexualidade e

gênero nos currículos de escolas pelos próximos dez anos, sinalizando para um aumento da intolerância e da violência contra os LGBTs no ambiente social.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA, Raimundo, & CAMINO, Leôncio. (1993). Aspectos Psicossociais da Participação Política; a crença na eficácia da ação política. In *I Encontro de Pós-graduados da UFPB*, João Pessoa, 1, 2 e 3 de dezembro.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. IN: LOURO, G.L.; NECKEL, J.; GOELLNER, S. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. Relig. soc., Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29.05. 2018.

MELLO, Luiz. FREITAS, Fátima.PEDROSA, Cláudio.BRITO,Walderes. Para ***além*** de um ***kit anti-homofobia***: políticas públicas de ***educação*** para ***a população LGBT*** no ***Brasil. Bagoas.*** n. 07, p. 99-122, 2012.

SOUZA, Jane Felipe de. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. 2011. UDESC, Florianópolis. Disponível em:http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf. Acesso em: 09.08.2018.

SOUZA, Jane Felipe de. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. 2011. **UDESC,** Florianópolis. Disponível em:http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf. Acesso em: 09.04.2019.

TEIXEIRA FILHO, Fernando S.; TOLEDO, Lívia Gonsalves; GODINHO, Pedro Henrique. A homofobia na representação de mães

heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 301-319.

Submetido em: 03/05/2019
Aceito em: 10/03/2020
Publicado em: 27/03/2020